

autor justificou-o, como de praxe, e levou essa justificação ao público e aos jornais, em entrevista coletiva, na ABI. Explicou que o Brasil gastara, em 1962, com a importação de papel de imprensa, a câmbio altamente favorecido, cerca de oito bilhões de cruzeiros (exatamente Cr\$ 7 644 615 313). O projeto visava limitar o número de páginas dos jornais a 20, nos dias úteis, e 50, aos domingos. Os nossos grandes jornais, em edições da ordem de 150 páginas, dedicavam 110 a anúncios: mais de 80% do espaço era consumido em publicidade. Exemplificou com os jornais europeus, para mostrar o absurdo dessa situação: *Il Messaggero*, de Roma, o maior diário italiano, aparecia com 14 páginas apenas, e não publicava um só anúncio de página inteira; *Il Tempo*, também romano, saía com 12 páginas; o londrino *Daily Express*, na edição principal, às segundas-feiras, atingindo tiragem de 4 282 000 exemplares, circulava com 16 páginas; o circunspecto *The Observer*, fundado em 1791, aparecia aos domingos com 36 páginas; o prestigioso *News of the World*, circulando apenas nos dias úteis e tirando 6 250 000 exemplares, tinha 20 páginas; na URSS, *Pravda* e *Isvezitia* não excediam de 10 páginas. Só os argentinos, *La Prensa*, *La Nación*, *La Razón*, como os nossos, imitavam os copiosos jornais norte-americanos. Além disso, argumentava o senador José Ermírio de Morais: “Com as novas linhas que certamente adotarão as empresas, possivelmente terá melhor acolhida, nos órgãos de imprensa, o noticiário nacional, muitas vezes relegado a plano secundário por jornais que dedicam as suas primeiras páginas exclusivamente ao material fornecido pelas agências estrangeiras. Na verdade, há jornais, no Brasil, cuja primeira página é inteiramente desnacionalizada, mais parecendo um órgão da ONU”.

O sentido do projeto do senador José Ermírio de Morais era, pois, completamente diverso do sentido do projeto do deputado Maurício Goulart: pretendia reduzir o tamanho dos jornais, para poupar divisas ao país; achava escandaloso que, na situação de carência de divisas, continuássemos a gastar tantas comprando papel de imprensa no estrangeiro. Estava implícita, na justificação, a idéia de que, com aquele crescente dispêndio, os cofres públicos estavam beneficiando apenas os cofres particulares dos proprietários de grandes jornais que lançavam edições volumosas para atender à publicidade. Na justificação aparecia mesmo, e com o cálculo numérico, como era subsidiada a publicidade — proprietários de empresas jornalísticas, proprietários de empresas anunciantes e proprietários de empresas de publicidade, portanto — sem nenhuma vantagem para o público. Essa colocação fez com que o senador José Ermírio de Morais sofresse terrível campanha, da parte da grande imprensa; sua entrevista na ABI foi silenciada pela ausência de noticiário; dos grandes jornais, um apenas deu